COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 6.740, DE 2006

“Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o ritmo de trabalho e a prevenção da fadiga”.

Autor: Deputado MARCO MAIA

Relator: Deputado JOSÉ JENOINO

I - RELATÓRIO

O projeto sob exame, de autoria do nobre Deputado Marco Maia, tem por escopo acrescentar dois dispositivos ao art. 200 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1953.

Pelo projeto, critérios quanto ao ritmo de trabalho e prevenção de fadiga passam a figurar, como alínea “IX”, no rol das medidas complementares de proteção ao trabalhador a serem expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Por fim, o projeto propõe o acréscimo de um parágrafo segundo ao referido art. 200 da CLT, tornando a mesma matéria, ritmo de trabalho e prevenção de fadiga, itens obrigatórios da pauta das negociações coletivas”.

Na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, competente para a análise da proposição quanto ao mérito, o projeto foi aprovado na forma do substitutivo encaminhado a esta Comissão.

Pelo substitutivo, fica suprimido o § 2º do projeto original.

Neste Colegiado, não foram apresentadas emendas à proposição.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Nos termos regimentais, cabe-nos analisar as proposições em tela quanto à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Quanto à constitucionalidade, não há nenhum óbice à tramitação das proposições. Tanto o projeto original quanto o substitutivo encontram-se de acordo com os dispositivos constitucionais que regem a matéria., sobretudo quanto à competência legislativa da União (art. 22,I) e à legitimidade de iniciativa (art. 61, *caput*).

Não vislumbramos, também, nenhuma discrepância com o disposto no art. 7º, que dispõe sobre os direitos fundamentais dos trabalhadores.

Também quanto à técnica legislativa, nada a reparar.

Já quanto à juridicidade, entendemos que o projeto original, ao prescrever item obrigatório para a pauta de negociações coletivas, sem, no entanto, prever sua obrigatoriedade no texto da convenção ou acordo a ser firmado entre as partes, o que, aliás, seria de constitucionalidade duvidosa, sugere a adoção de medida inócua, despida do mínimo de efetividade que se espera de um dispositivo legal.

Tal dispositivo, portanto, por injurídico, não deve ser admitido.

No entanto, esse vício de injuricidade não se verifica no substitutivo adotado pela Comissão de Trabalho de Administração e Serviço Público.

Em face do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do PL nº 6.740, de 2006, nos termos do substitutivo aprovado pela Comissão de Administração e Serviço Público – CTASP.

Sala da Comissão, em 02 de julho de 2008.

Deputado JOSÉ GENOINO
Relator